

**AÇÕES AFIRMATIVAS E ENSINO SUPERIOR: A IMPLANTAÇÃO DE
PROGRAMAS E AÇÕES DE CARÁTER AFIRMATIVO NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

***AFFIRMATIVE ACTION AND HIGHER EDUCATION: IMPLEMENTATION OF
AFFIRMATIVE PROGRAMS AND ACTIONS IN THE FEDERAL UNIVERSITY OF
SÃO FRANCISCO VALLEY***

Danilo Moreira dos Santos
danilo-2010moreira@hotmail.com
Bacharel em Ciências Sociais
Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

Luciana Duccini
luciana.duccini@univasf.edu.br
Doutora em Ciências Sociais
Prof.^a Adjunto IV do Colegiado de Ciências Sociais - Univasf

Resumo

Este texto é parte dos resultados de atividades desenvolvidas mediante Estágio Curricular realizado junto à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) da UNIVASF. Visa apresentar resultados de pesquisa que investigou a introdução de ações afirmativas no âmbito desta instituição federal de ensino superior. Alargando-se as discussões sobre o tema, busca-se destacar que as ações afirmativas vão além das cotas sociais e étnico-raciais para ingresso no ensino superior, podendo apoiar os estudantes em vários campos. Nas etapas da pesquisa foram realizados revisão de bibliografia e de leis sobre programas e ações afirmativas, pesquisa documental, observações e conversas informais com alguns profissionais da Universidade. Com base na exposição e na descrição de ações implementadas até o começo do ano de 2015, verifica-se um cenário favorável na Universidade no que se refere à adoção de planos e medidas de promoção da igualdade e de valorização cultural, sendo que no desenvolvimento de algumas dessas ações afirmativas tem-se como fator positivo o engajamento de muitos atores internos à Instituição.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Ensino Superior. UNIVASF.

Abstract

This article is an outcome of the professional undergraduate internship in Social Sciences undertaken at the UNIVASF Dean of Student Assistance (PROAE). It aims at presenting results of a research project that investigated the implementation of affirmative action at this federal university. Broadening the debates on the subject, it stresses that affirmative action go beyond the social and racial quotas for admission to higher education, and may support students in diverse ways. Research was conducted through literature review, documental

analysis (pieces of Law and programs reports), direct observation, and informal interviews with some professionals of the university. Considering the actions implemented until the beginning of 2015, presented here, there is a favorable scenario at the university regarding the planing and adoption of measures to promote equality and cultural promotion, and in the development of some of these actions, the engagement of various institutional actors is a positive feature.

Key-words: Affirmative Actions. Higher Education. UNIVASF.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a temática das políticas de ação afirmativa tem ganhado importante destaque na agenda do Legislativo e também em vários debates, sobretudo a que diz respeito às cotas sociais e étnico-raciais para ingresso no ensino superior.

Não existe consenso sobre a origem da expressão políticas afirmativas. Há quem delegue os créditos aos discursos contidos em um texto normativo de 1961, a *Executive Order* nº 10.925, de autoria de Jonh F. Kennedy, o qual estabelecia o cumprimento de práticas não discriminatórias aos órgãos federais e demais beneficiários de projetos financiados com recursos públicos (ROZAS, 2009). Não obstante, coloca-se que

Ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado [...] com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito (GOMES *apud* SILVA, M., 2009, p, 16-17).

A legitimidade dessas ações encontra respaldo sobretudo na ideia de reparação e promoção da igualdade. Dado as desigualdades estruturais que são elementos de cerceamento de oportunidades para grupos negligenciados no processo histórico de estabelecimento da sociedade brasileira, se consensuou sobre a necessidade de haver mecanismos de democratização das oportunidades como, por exemplo, as cotas para acesso ao ensino superior.

Nota-se, portanto, que ao se falar em ações afirmativas no âmbito da educação superior as cotas são as que mais ganham destaque. Contudo, elas são mecanismos que podem ser implementados de forma muito mais ampla, contemplando não só o ingresso, mas também a permanência e o êxito acadêmico de estudantes naquele nível de ensino, influenciando o seu contexto social até mesmo depois de formados. Podem assim compreender pequenas ações

em níveis mais localizados e ações focais de valorização étnico-racial e sociocultural, entre outras, como se verá neste trabalho.

O presente texto constitui-se numa produção desenvolvida através do Estágio Curricular Supervisionado em Ciências Sociais, realizado no âmbito da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) de outubro de 2014 a março de 2015 sob orientação de estágio da professora Dra. Luciana Duccini. Nele aborda-se o desenvolvimento de ações afirmativas na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), sendo descritos os programas e ações a que se teve conhecimento nesta instituição até o período da pesquisa. Assim, este estudo contribui com as discussões sobre o assunto, demonstrando a amplitude que as ações de caráter afirmativo podem assumir no âmbito da educação superior.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, da análise de leis, resoluções e portarias referentes ao tema em questão, foi realizada sistematização de dados e informações a partir de pesquisas sobre alguns programas, feita na rede mundial de computadores, da coleta e análise de dados na PROAE, da análise de dados do Sistema de Avaliação Socioeconômica (SASE), disponibilizados pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico (SRCA), e ainda da descrição e análise de ações afirmativas já adotadas na UNIVASF a partir de observações e conversas informais com profissionais da Instituição.

O trabalho está dividido em quatro partes. Após a introdução, que busca contextualizar o conceito de ações afirmativas e também as cotas no ensino superior, um dos programas aqui elencados, introduz-se a discussão sobre as ações afirmativas na UNIVASF, apresentando alguns dos programas implementados e descrevendo-os em seguida. Na terceira parte será reforçada a descrição das ações, apresentando novos programas e ações e analisando o estado dos mesmos atualmente. Na quarta e última parte serão feitos os apontamentos finais.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVASF

Instituída pela Lei nº 10.473 de 27 de junho 2002 e tendo iniciado suas atividades acadêmicas no ano de 2004, a UNIVASF completou no ano de 2014 dez anos de atuação promovendo o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento técnico e científico em quatro regiões do Nordeste: o Sertão Pernambucano, com dois *campi* em Petrolina; o Sudoeste Piauiense, com um campus em São Raimundo Nonato; o Centro Norte Baiano, com um campus em

Senhor do Bonfim e, no Extremo Norte Baiano, o Vale do São Francisco da Bahia, com um campus em Juazeiro e outro mais recente na cidade de Paulo Afonso..

Esta instituição de ensino recebe alunos oriundos de várias Regiões do Brasil, o que aguça ainda mais a diversidade dos agentes inseridos no seu contexto educacional. Este fato coloca para a Universidade o desafio de haver em seu seio uma articulação que atenda às demandas específicas dos grupos que dela passam a fazer parte. Em meio a este cenário, os programas e ações de caráter afirmativo tornam-se um importante mecanismo pelo qual a Universidade pode melhor se relacionar com estes indivíduos. Podem dirimir efeitos dos desníveis socioeconômicos, contribuindo para a superação de desigualdades historicamente construídas e atendendo a necessidades dos estudantes, sobretudo dos menos favorecidos, promovendo uma maior equidade e encorajando a permanência de muitos no ensino superior. Algumas ações também podem contribuir com a busca pelo respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e deficiência física, entre outros.

Na UNIVASF são adotados instrumentos de ação afirmativa em educação seguindo as autênticas noções de equiparação de oportunidades, de reparação e focando o acesso e a permanência dos estudantes. Para a aplicação de ações afirmativas ela se orientou, inicialmente, pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata da reserva de 50% das vagas para oriundos de escola pública, esta que também deve se basear em critérios socioeconômicos e étnico-raciais, segundo a referida Lei. Também se orientou pelo Decreto Presidencial nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que também dispõe sobre a reserva de vagas para as cotas, e pela Portaria do MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012, a qual discorre sobre a reserva de vagas em instituições federais de ensino. Ao longo dos anos, outras ações foram sendo introduzidas.

Apresenta-se, no Quadro 1, um grupo de iniciativas que fizeram ou fazem parte do programa de ações afirmativas na UNIVASF, bem como o período de sua implantação.

Ano	Programa
2005 a 2009	Programa Conexões de Saberes
2008 (início)	Assistência Estudantil (Aux. Alimentação)

2010 (início)	Reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio na rede pública PET - Conexões de Saberes PIBIC Ações Afirmativas I Mês das Consciências Negras/Colegiado de Ciências Sociais Agenda Permanente de Ações Afirmativas na UNIVASF
2011	II Mês das Consciências Negras/Colegiado de Ciências Sociais
2012 (início)	Comissão de Avaliação da Aplicação da Lei de Cotas ¹ Aplicação da Lei de Cotas para ingresso em 2013 Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva III Mês das Consciências Negras/Colegiado de Ciências Sociais
2013	Programa Bolsa Permanência do MEC IV Mês das Consciências Negras/Colegiado de Ciências Sociais
2014	V Mês das Consciências Negras/Colegiado de Ciências Sociais Comissão para Implantação do Programa de Ações Afirmativas Regulamentação do Programa de Assistência Estudantil – PAE pela Resolução nº 22/2014.

Quadro 1: Instrumentos que fazem parte das ações afirmativas da UNIVASF. **Fonte:** Os autores (2015).

Constata-se que não apenas a reserva de vagas compõe o cronograma de ações desta Instituição, mas muitos outros programas que acabam por mobilizar vários dos seus setores.

¹ Grupo de trabalho composto por docentes, discentes e técnicos para acompanhar a implantação da Lei de Cotas na UNIVERSIDADE. Uma comissão próxima, porém distinta, foi criada em 2013 e será apresentada mais adiante.

Conforme esses dados, podemos inferir que os períodos em que houve maior implementação de ações afirmativas na UNIVASF foram os anos de 2010 e 2012.

A seguir será realizada uma descrição mais detalhada de alguns desses programas e ações expostos no Quadro 1, buscando promover uma melhor compreensão de sua trajetória enquanto políticas sociais desenvolvidas no ensino superior brasileiro e também no âmbito da UNIVASF.

➤ **Programa de Educação Tutorial**

O programa de Educação Tutorial (PET) foi criado e implantado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no ano de 1979 como sendo o Programa Especial de Treinamento. No final de 1999 o programa foi transferido para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e sua gestão ficou a cargo do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior (DEPEM). Em 2014 recebeu o nome de Programa de Educação Tutorial. Em 2005 foi regulamentado pela Lei nº 11.180 e, em 2009, pela Portaria do MEC 591, que foi alterada pelas Portarias 975/2010 e 976/2010 (UNIVASF, s.d.; PROEN, s.d., a).

O PET foi criado para prestar apoio a alunos que demonstrem interesse e habilidades e que se destaquem em cursos de graduação. O apoio recebido pode se estender até o término do curso e ao professor orientador. As atividades dos grupos são custeadas pelo MEC, o qual repassa semestralmente o valor para custeio das atividades desenvolvidas por cada estudante que participa do programa (PROEN, s.d., a).

Através do Programa os alunos podem realizar atividades extracurriculares como uma forma de complemento a sua formação acadêmica. É por ele que também se torna possível uma ampliação e um aprofundamento dos objetivos e conteúdos programáticos previstos na grade curricular dos cursos integrantes esperando-se o aumento da qualidade.

Conforme consulta ao site da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) estão em funcionamento na UNIVASF quatro grupos PET, sendo eles o PET Arqueologia, o PET Conexões de Saberes Saneamento Ambiental, o PET Biomecânica e o PET Educação Física.

➤ **Programa Conexões de Saberes**

O Programa Conexões de Saberes surgiu com muitos objetivos, entre eles: promover uma maior articulação entre as universidades e as comunidades populares; possibilitar que universitários de origem popular sejam capazes de intervir em seu território de origem por meio do desenvolvimento de sua aptidão para a produção de conhecimentos científicos; realizar diagnósticos acerca da estrutura universitária e das necessidades dos estudantes de origem popular. Também objetiva incentivar a criação de metodologias que priorizem a participação desses jovens e estimular o mapeamento da situação educacional, socioeconômica e cultural, visando assistir os grupos em vulnerabilidade social por meio da realização de projetos que corrijam mazelas sociais (MEC, s.d., a)².

As atividades desenvolvidas pelos bolsistas devem envolver diversos programas, entre eles o “Escola Aberta”, pré-vestibular destinado a alunos de baixa renda em comunidades quilombolas ou indígenas. No projeto é previsto a participação na promoção de ações sociais e de saúde, sobretudo para crianças e adolescentes, como atividades de prevenção ao uso de drogas e da gravidez na adolescência. A avaliação e o monitoramento do impacto das políticas públicas desenvolvidas em espaços populares também são elencados como atividades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes, os quais devem receber aulas de inclusão digital e política e treinamento sobre metodologia de pesquisa e extensão (MEC, s.d., a). A sua gratificação é uma bolsa mensal de Iniciação Científica, atualmente no valor de quatrocentos reais.

Após o Programa Conexões de Saberes, que durou até 2009, foi implantado o PET Conexões de Saberes como uma estrutura cujas bases remanesceram daquele anterior e receberam influência do Programa de Educação Tutorial (PET). Ele foi criado pela Portaria MEC nº 591/2009 com as alterações da Portaria MEC nº 597/2010 e permanece inserido no PET como sua ramificação.

O PET Conexões de Saberes permanece então como um grupo do PET, criado nas Instituições Federais de Ensino Superior, pelas Portarias MEC nº 591/2009, voltando-se também para o apoio a estudantes oriundos de comunidades populares através da ampliação

²Em 2004, o projeto piloto abrangeu cinco universidades, contemplando 75 bolsistas. Sua evolução foi contínua, abrangendo mais universidades e mais bolsistas. Em 2005 foram 14 universidades e 210 bolsistas. Em 2006 foram 26 universidades e 520 bolsistas. Em 2007 foram 31 universidades e 775 bolsistas. Já em 2008 foram 33 universidades e 2.200 bolsistas (MEC, s.d., a). De 2007 para 2008 aumentaram apenas mais duas universidades, no entanto, o número de bolsistas quase que triplicou. Este foi, portanto, o período em que houve o maior aumento no número de beneficiados.

da relação entre a universidade e os moradores daqueles espaços, do aprofundamento da formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas e ainda do estímulo à formação de novas lideranças para a articulação de competência acadêmica com compromisso social (UNIVASF, s.d.).

➤ **PIBIC Ações Afirmativas**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af) parte de uma parceria firmada entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia (CNPq/MCTI) e a Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SUBPAA/SEPPIR). Ele é destinado às universidades públicas que são beneficiárias de cotas PIBIC e que possuem um programa de ações afirmativas, constituindo-se num programa piloto cujo objetivo é a distribuição de bolsas de Iniciação Científica³ às instituições que atendam aos requisitos e que manifestem interesse pelo programa (CNPQ, s.d.).

Determinado pelo compromisso do Governo Federal em propor políticas afirmativas para ampliar a participação de grupos sociais em espaços por eles não ocupados, o PIBIC ações afirmativas tem o objetivo de complementar ações afirmativas já existentes nas universidades. De maneira geral, ele busca promover a participação de estudantes ingressantes pela reserva de vagas em atividades acadêmicas de cunho científico. Na UNIVASF o programa é desenvolvido através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPGI). Para participar, o estudante precisa estar regularmente matriculado e frequentando as atividades de seu curso; ter concluído o primeiro semestre; apresentar bom desempenho acadêmico (Coeficiente de Rendimento Escolar ≥ 6) com comprovação do histórico escolar; dedicar no mínimo 20 horas semanais às atividades do projeto; não ter vínculo empregatício de qualquer natureza, tão pouco exercer outras atividades de trabalho, mesmo que na condição de voluntário; não ser beneficiado por outra bolsa acadêmica; possuir currículo atualizado na

³A bolsa de Iniciação Científica para o estudante de graduação corresponde ao valor constante na tabela de valores de bolsas no país, atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e tem duração de doze meses, podendo ser renovada por igual período a pedido do bolsista e dentro da cota anual prevista para cada instituição.

Plataforma Lattes e ainda apresentar os resultados da pesquisa na Jornada de Iniciação Científica promovida pela instituição (PRPPGI, 2011).

➤ **Programa de Assistência Estudantil (PAE)**

O Programa de Assistência Estudantil da UNIVASF é composto de ações de atenção aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda per capita de até 1,5 salários mínimos, de acordo com o decreto presidencial 7.234/2010 e com base em outros critérios definidos nos editais dos processos seletivos da PROAE, órgão criado em 2012 (com o nome de Secretaria de Promoção e Assistência Estudantil, SEPRAE) para desenvolver a Política de Assistência Estudantil na UNIVASF.

O PAE objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e prevenir situações de repetência e evasão resultantes da insuficiência de condições socioeconômicas ou da vulnerabilidade determinados por atitudes e preconceitos étnico-racial, de gênero, de orientação sexual e deficiência física, entre outros (PROAE s.d., a), garantindo uma permanência mais digna dos estudantes atendidos. A participação no Programa de Assistência é condicionada à inscrição do estudante através de endereço eletrônico específico, com posterior análise de documentação exigida e realização de entrevista pela equipe social, entre outras etapas.

O programa teve início no ano de 2008 contendo apenas um benefício, o Auxílio Alimentação, o qual recebeu um investimento inicial de R\$ 233.595,02 e atendeu a 485 estudantes. À época, a execução do programa contava com apenas uma técnica especializada em Serviço Social, que atuava por meio da Pró-Reitoria de Integração (PROIN), sendo o programa dirigido pela Diretoria de Assuntos Comunitários (DACRI) (PROAE, 2013 *apud* SILVA, R., 2014a; 2014b)⁴.

⁴Em 2009 foram investidos R\$ 319.354,96 sendo 1.003 o número de beneficiados. Em 2010 o investimento foi de 1.752.818,02, com 1.968 beneficiados, sendo implementados mais três novos programas: a Bolsa Permanência, o Transporte Estudantil, Campus Ciências Agrárias (CCA), e a Bolsa de Apoio Acadêmico. Em 2011 o investimento foi de R\$ 1.840.000,00 sendo 1.215 o número de beneficiados, tendo sido integrada mais uma Assistente Social ao quadro e também foi criada mais uma modalidade de benefício, a Residência Universitária no campus CCA. Em 2012 foram investidos R\$ 1.873.033,00 atendendo-se a 1.349 estudantes, foram introduzidas mais uma assistente social e uma pedagoga ao quadro, a residência estudantil foi estendida também ao campus de São Raimundo Nonato. E em 2013 foram investidos R\$ 3.580.360,46, tendo 1.693 estudantes como beneficiários. Mais três ações também foram implementadas: o apoio à participação em eventos externos e mobilidade internacional, o programa de elaboração de material didático e o apoio ao projeto de extensão “Minoria Quem?” (PROAE, 2013 *apud* SILVA, R., 2014a; 2014b).

Hoje o Programa de Assistência Estudantil está mais diversificado e conta com um maior apoio financeiro, sendo o orçamento atual de aproximadamente R\$ 5.000.000,000 (cinco milhões de reais). Com um conjunto mais amplo de benefícios, ele conta com o Auxílio Alimentação, o Auxílio Transporte, a Bolsa Permanência da UNIVASF, reduzida para R\$ 200,00, o Auxílio Permanência, que atualmente substitui a Bolsa Permanência em alguns campi, a Bolsa de Apoio Acadêmico, a Residência Estudantil do campus de São Raimundo Nonato-PI, o Apoio Pedagógico, o Transporte Estudantil, que hoje substitui o Auxílio Transporte nos campi de Petrolina e Juazeiro, e os Restaurantes Universitários (RUs), nos campi de Petrolina (Sede e Ciências Agrárias) e no de Juazeiro. Nestes, os estudantes da UNIVASF em vulnerabilidade e atendidos pelas políticas afirmativas, inseridos na classificação “Prioridade um” ou “P1”, no sistema classificatório da modalidade, têm sua refeição pelo preço de R\$ 6,10 (seis reais e dez centavos) sendo que o estudante paga o valor de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) e a universidade arca com os R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos) restantes.

O valor demandado para o custeio parcial das refeições feitas pelos estudantes inseridos na P1 é repassado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enquanto que o custeio parcial dos inseridos na outra modalidade, P2, renda acima de 1,5 salários mínimos per capita, fica a cargo da UNIVASF, que paga com recursos próprios R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) em cada refeição feita por estudantes desta modalidade.

A equipe que o dirige também se diversificou e hoje é composta pela Pró-Reitora de Assistência Estudantil (Assistente Social); uma Diretora de Assuntos Estudantis (Assistente Social); um Diretor dos RUs, Bolsas e Auxílios (Assistente Social); um Assistente Administrativo (Nível médio); Equipe técnica social, composta por três Assistentes Sociais; uma recepcionista (Nível médio/terceirizada) e dez estagiários das áreas de Serviço Social, Administração, Jornalismo, Ciências Sociais, Psicologia, Engenharia de Produção e Engenharia da Computação, sem contar estudantes que eventualmente desenvolvem estágio curricular supervisionado.

Em atenção ao PAE, também age em conjunto com a PROAE a Câmara de Assistência Estudantil (CAE), uma importante instância colegiada e deliberativa também formada em 2012 e que deve integrar representantes dos discentes, docentes, técnicos administrativos e membros da PROAE. Ela é composta por uma maioria de discentes e

representa uma experiência pioneira no país, cujo maior objetivo é controlar de forma mais democrática a gestão da política de Assistência Estudantil na UNIVASF.

Entre 2012 e 2014 a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil teve os seus recursos quase que duplicados, elevando o montante para a soma aproximada de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). No final de 2014 houve um grande avanço na Assistência Estudantil da UNIVASF uma vez que ações estruturantes foram garantidas, como a construção e o funcionamento dos RUs e ainda a aquisição de seis ônibus para o transporte gratuito dos estudantes. Com os investimentos realizados nessas áreas, as ações consideradas como transitórias, como bolsas e auxílios, sofreram uma redução tanto nos valores pagos quanto na quantidade de vagas, tendo em vista o gasto com as ações estruturantes.

Outra pauta do Programa de Assistência tem sido o projeto de construção das Residências Estudantis dos Campi de Juazeiro e Petrolina-Centro. Elas são espaços desenvolvidos em parceria com o PNAES, conforme o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, tendo como público alvo estudantes que estejam em vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente o campus Ciências Agrárias e o de São Raimundo Nonato possuem Residência Estudantil.

Com a ampliação dos cursos de graduação e com a crescente entrada de alunos considerados de baixa renda, faz-se necessário que a Universidade continue ampliando os recursos destinados à Assistência Estudantil como uma forma de se garantir a permanência desses estudantes no Ensino Superior.

➤ **Iniciativas de aperfeiçoamento do PAE**

Recentemente, no âmbito da Assistência Estudantil também têm sido criadas outras estratégias para maior adequação do Programa enquanto um instrumento de ação afirmativa. Em dezembro de 2014, após constantes esforços da CAE, foi aprovada a Resolução nº 22/2014 que regulamenta o PAE e que traz novos elementos a serem inseridos tanto no programa em si, quanto na estrutura de gestão do mesmo.

A resolução enfatiza as áreas de abrangência do PAE, embora algumas delas ainda não sejam atendidas. Dentre os programas destacados anteriormente, são elencados também a atenção à saúde, a inclusão digital, a cultura, a creche, o acesso, participação e aprendizagem

de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, além de políticas afirmativas e formação ampliada⁵.

Por meio da Resolução nº 22/2014, ficou determinado que para estudantes transgêneros ou transexuais, em condição de vulnerabilidade socioeconômica, bem como estudantes com deficiência e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, seriam previstas vagas ou pontuação extra nos processos seletivos de bolsas e auxílios do PAE. Esta medida foi executada logo em seguida, no Processo de Seleção Unificada 2015.1, no qual foram disponibilizadas várias modalidades de benefícios e aqueles que indicaram pertencimento a alguma dessas categorias, através de autodeclaração assinada e enviada no ato da inscrição, tiveram a sua situação analisada.

A PROAE ficou incumbida de assegurar aos estudantes e servidores transgêneros e transexuais o direito à escolha de tratamento nominal nos procedimentos desenvolvidos no âmbito do PAE, permitindo-lhes a identificação pelo nome social que eles tenham adotado, de acordo com a Portaria MPOG nº 233/2010 e também com a Portaria MEC nº 1.612/2011.

Os Estudantes dos cursos de educação à distância foram incluídos na modalidade de Auxílio Permanência, podendo os mesmos serem atendidos também nas demais modalidades do PAE, estando porém condicionado ao repasse de recursos orçamentários à UNIVASF pelo MEC especificamente para esta finalidade.

Ainda segundo o artigo 47º da resolução supracitada, ficou determinado que a PROAE deva ser composta por pessoal técnico especializado e em caráter interdisciplinar, onde possam atuar Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Cientistas Sociais, Antropólogos, Nutricionistas, entre outros. Determinou-se também que a quantidade destes deva ser adequada para atendimento aos estudantes em todos os campi da instituição. Esta é uma atitude positiva que poderá gerar oportunidades para que estudantes formados pela própria UNIVASF, bacharéis em Ciências Sociais e em Psicologia, possam se inserir profissionalmente e desenvolver suas habilidades em atenção a demandas sociais dentro da própria Instituição.

⁵ Conforme parágrafo segundo da Resolução: “a perspectiva de formação ampliada dos estudantes e de Políticas Afirmativas no PAE deve possibilitar o desenvolvimento de ações de incentivo à formação da cidadania; atenção ao estudante com deficiência; promoção à igualdade de gênero, igualdade étnico-racial, livre manifestação de gênero e igualdade religiosa.”.

➤ **Adoção da nota do ENEM como forma de seleção e reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino**

O início da reserva de vagas na UNIVASF foi anterior à implementação da Lei nº 12.711 em 2012. Ela começou em 2010, após ser aprovada pelo Conselho Universitário a adoção ao sistema de cotas sociais que reserva 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

No Quadro 2 são expostos os cursos disponíveis bem como o número de estudantes ingressantes em cada um deles no ano de 2010, na primeira e segunda entrada. Apresenta-se também o número de candidatos matriculados que ingressaram através das vagas reservadas, podendo-se determinar a equivalência entre o número de estudantes cotistas e não cotistas no preenchimento das vagas naquele período.

Período	Curso	Nº de matriculados	Nº de ingressantes pela reserva de vagas	Nº de cotistas faltando ou sobrando em relação ao nº de vagas reservadas
2010.1	Administração	50	25	-
2010.2	Administração	50	22	-3
2010.1	Arqueologia	37	23	+3
2010.1	Artes Visuais	40	21	+1
2010.1	Ciências Biológicas	40	20	-
2010.2	Ciências Biológicas	40	20	-
2010.1	Ciências da Natureza SBF	50	25	-
2010.2	Ciências da Natureza SBF	49	20	-5
2010.2	Ciências da Natureza SRN	50	29	+4
2010.1	Ciências Farmacêuticas	40	20	-
2010.2	Ciências Farmacêuticas	40	14	-6
2010.1	Ciências Sociais	40	20	-
2010.2	Ciências Sociais	40	20	-
2010.1	Educação Física	40	20	-

2010.2	Educação Física	40	25	+5
2010.1	Enfermagem	40	20	-
2010.2	Eng. Agrícola e Ambiental	50	24	1
2010.1	Eng. Agronômica	40	20	-
2010.2	Eng. Agronômica	40	25	+5
2010.2	Engenharia Civil	50	27	+6
2010.2	Eng. de Computação	50	24	-1
2010.2	Eng. de Produção	49	23	-2
2010.2	Engenharia Elétrica	50	25	-
2010.2	Engenharia Mecânica	50	23	-2
2010.1	Medicina	40	20	-
2010.2	Medicina	40	11	-9
2010.1	Medicina Veterinária	50	25	-
2010.2	Medicina Veterinária	50	24	-1
2010.1	Psicologia	40	20	-
2010.2	Psicologia	40	16	-4
2010.1	Zootecnia	50	27	+2

Quadro 2: matriculados geral 2010.1 e 2010.2. **Fonte:** dados fornecidos pela SRCA.

Conforme esses dados, alguns dos cursos elencados terminaram com 1, 2, 3, 4, 5, 6, ou 9 cotistas a menos do que o número de vagas reservadas que foi estabelecido para cada curso (50%). Outros, porém, resultaram com um excedente de 1, 2, 3, 4 ou 5 cotistas em relação ao número de vagas estabelecido, conforme a quinta coluna do quadro apresentado. Ao todo, o déficit de cotistas nos cursos e períodos em que isso ocorreu somou 34, e o excedente, 22. Infere-se, portanto, que o preenchimento das vagas ao término de todo o processo não se deu de forma equivalente entre cotistas e não cotistas nos processos seletivos ocorridos em 2010.

O curso de Medicina, período 2010.2, foi o que resultou com o maior déficit de cotistas matriculados (nove). O curso de Ciências Farmacêuticas: seis; Ciências da Natureza: cinco; Administração: três; Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção: dois; e Engenharia Agrícola e Ambiental, Engenharia de Computação e Medicina Veterinária: um. Todas essas situações se deram na segunda entrada, 2010.2. Na primeira entrada, 2010.1, isso ocorreu somente no curso de Artes Visuais, que terminou com apenas um cotista a menos em relação ao número de vagas reservadas. Cabe questionar, portanto, o porquê do menor ou o

maior número de cotistas no ingresso para estes cursos.

➤ **Aplicação das cotas pela Lei nº 12.711**

A Lei nº 12.711, sancionada em agosto de 2012, instituiu a reserva de 50% das vagas por curso e turno em Universidades e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para alunos que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública, tanto em cursos regulares, quanto na educação de jovens e adultos, estipulando também a necessidade de seguir critérios socioeconômicos e étnico-raciais em sua aplicação, a qual se daria gradativamente. A outra metade das vagas foi destinada aos candidatos que concorreriam através da ampla concorrência.

A regulamentação desta lei se deu pelo Decreto nº 7.824/2012, que define as condições gerais para a reserva de vagas e, paralelamente, pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que estabelece conceitos básicos para aplicação da lei, define as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, determina as condições de participação na concorrência às vagas reservadas e enseja a sistematização de preenchimento das mesmas (MEC, s.d., b).

No ano seguinte à sua publicação, no início de 2013, foi executada na UNIVASF a aplicação integral da Lei nº 12.711/12 para o ingresso de estudantes no mesmo ano, abrangendo todos os campi alocados nos três estados nordestinos. No estado da Bahia foram 76,67% dos estudantes atendidos pela Lei de cotas. Em Pernambuco foram 62,40% e no Piauí 73,51%. Tudo isso se deu com base no critério de identificação étnico-racial adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Naquele mesmo ano foram 1.330 estudantes ingressantes na UNIVASF, sendo 665 (50%) atendidos pela política de cotas; 337 estudantes com renda inferior a 1,5 salários mínimos e 328 com renda superior a 1,5 salários mínimos⁶ (PROAE, 2012). Assim, foram reforçados os resultados da ação de reserva de vagas instituída anteriormente.

⁶ Na UNIVASF a aplicação desta Lei se deu da seguinte forma: tomando-se como exemplo um curso com 100 vagas, 50% destas estiveram reservadas conforme a Lei de cotas. Desta reserva, 25% foram preenchidas por pessoas com renda inferior a 1,5 salários mínimos per capita, e do mesmo percentual de reserva, 62,40% ainda tiveram que ser preenchidos por autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI), como prevê a Lei (PROAE, 2012).

➤ **Mês das Consciências Negras**

Realizado através do Observatório de Estudos e Pesquisas em Educação Trabalho e Cultura (ETC), com colaboração do Núcleo de Estudos Étnicos Afro-Brasileiros Abdias do Nascimento e Ruth de Souza (NEAFRRAR), ambos vinculados ao Colegiado Acadêmico de Ciências Sociais, o Mês das Consciências Negras é um evento realizado todos os anos na UNIVASF no mês de novembro. Nele, além de serem homenageadas personalidades negras e de serem celebrados eventos importantes da luta negra, os quais têm seu nome atribuído ao evento, são discutidos através de mesas redondas, debates, palestras, apresentação de filmes, documentários e trabalhos, entre outros, questões atinentes à história, à cultura, à identidade e à situação social da pessoa negra em geral e da própria região. Também são realizadas atividades artísticas que expõem a riqueza da cultura negra no contexto local.

O evento que foi realizado pela primeira vez no ano de 2010 reflete as ações instituídas em todo o país pelos movimentos negros organizados. Ele acontece todos os anos em formato de simpósio, no qual se desenvolvem várias ações, com maior parte realizada no campus de Juazeiro. Até 2014 ocorreram cinco edições que não só promoveram importantes reflexões sobre o lugar que é dado à população e à cultura negra, como também disseminaram conhecimentos e contribuíram para a valorização dos povos africanos e afro-brasileiros e para o combate ao preconceito, à discriminação racial e ao racismo, buscando construir uma visão descolonizada da negritude:

- Edição 2010: “Revolta da Chibata (1910-2010)”;
- Edição 2011: “Abdias Nascimento, Bob Marley e Milton Santos”;
- Edição 2012: “Solano Trindade”;
- Edição 2013: “Mulheres Negras”;
- Edição 2014: “Hegemonia Negra”.

Esta ação se constitui numa importante iniciativa de mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade para a celebração da pluralidade da negritude brasileira e local, sendo ela potencializada pelo engajamento de atores internos solidários da luta pelos direitos da pessoa negra e pela promoção da igualdade sócio racial, a exemplo do professor Dr. Nilton de Almeida Araújo, do colegiado de Ciências Sociais que, com a parceria de atores de

movimentos sociais e da própria UNIVASF, tem sido um dos principais idealizadores e responsáveis pelas programações.

➤ **Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva**

Criada em novembro de 2012, a Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva (CPEI) inicialmente era composta por três integrantes: uma professora coordenadora, uma técnica em assuntos educacionais e um professor colaborador. Hoje a equipe é formada por seis integrantes: a Professora Dra. Karla Daniele Luz, Coordenadora, uma Técnica em Assuntos Educacionais, uma Assistente em Administração, dois Tradutores/Intérpretes de LIBRAS⁷ e uma estagiária.

Desde o início, essa Coordenação atua no sentido de potencializar a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência na UNIVASF e as possibilidades de uma maior interação destas com a comunidade acadêmica. Para isso ela promove eventos de sensibilização dos estudantes e maior contato dos mesmos com a temática, desenvolvendo projetos, cursos, seminários, encontros, palestras, reuniões com o Colegiado de outros cursos da UNIVASF, para orientação sobre inclusão e acessibilidade da pessoa com deficiência. Também atua disseminando informações sobre os princípios básicos de inclusão e acessibilidade em âmbito acadêmico, articulando-se com outras instâncias para aquisição de material bibliográfico sobre a temática e para a captação de recursos humanos, como tradutores/interpretes de libras e revisor de texto em braile; assessoria a outros setores internos à UNIVASF, em demandas referentes à temática, entre outros (LUZ, 2009; 2014).

Visando à implantação de políticas inclusivas na UNIVASF, a Coordenação tem desenvolvido ações contínuas, como o projeto “Sentindo na Pele” (o qual proporciona às pessoas vivenciarem situações comuns à realidade de pessoas com deficiência), cursos de LIBRAS, Braille e Acessibilidade para a comunidade acadêmica, aquisição de equipamentos em Tecnologia Assistiva (cadeiras de rodas e softwares, entre outros), curso de Inclusão e Acessibilidade no Serviço Público em parceria com outros setores, como o de Capacitação da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). Possui ainda parcerias com instituições externas

⁷ Além dos dois Tradutores/Intérpretes de LIBRAS que já atuavam por meio da Coordenação de Políticas de Educação Inclusiva, em 2014 foi admitida ao quadro de docentes da UNIVASF uma professora com habilitação em Letras/LIBRAS para ministrar esta disciplina, o que possibilitará que muitos estudantes, futuros profissionais, possam melhorar sua comunicação com as pessoas surdas. Com estes profissionais atuando na Universidade, as pessoas surdas se sentirão motivadas a participar de eventos e a ingressar na mesma.

visando à implantação de práticas sociais inclusivas nesta região do Vale do São Francisco (PROEN, s.d., b).

Muito se tem feito para a inclusão de pessoas com deficiência e das pessoas surdas nesta instituição, mas ainda há muito por se fazer. Cabe, por exemplo, uma maior adequação para a acessibilidade às estruturas físicas dos campi da UNIVASF, sobretudo nos prédios onde são realizadas as aulas, e também uma maior atenção às reivindicações da comunidade externa, como aquelas feitas no **I Seminário de Avaliação das Ações Afirmativas** na instituição, no qual foi discutido, por exemplo, a importância da destinação de parte das cotas de acesso para pessoas com deficiência, entre outros (SANTOS; DUCCINI; ANGELIM, 2014).

➤ **Programa de Bolsa Permanência do MEC**

O Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação (MEC) é uma ação realizada pelo Governo Federal através do MEC. Constitui-se num programa de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou que sejam indígenas ou quilombolas. O recurso é repassado para o estudante de graduação por meio de um cartão de benefício (MEC, s.d., c).

O valor estabelecido equivale ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Contudo, para os estudantes indígenas e quilombolas, é reservado um valor diferenciado, sendo ele igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, ou seja, R\$ 800,00 (oitocentos reais), o que se baseia numa atitude de maior atenção às especificidades desses grupos, as quais dizem respeito à organização social de suas comunidades, à condição geográfica, aos costumes, e às suas línguas, crenças e tradições (MEC, s.d., c).

O auxílio é cumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, como a bolsa do PET e do PIBIC. Pode ser acumulado ainda com outros auxílios pagos com recursos próprios das Instituições Federais de Ensino Superior ou do PNAES, como os auxílios de moradia estudantil, alimentação, transporte, entre outros (MEC, s.d., c).

Para ter direito ao benefício o estudante precisa atender, cumulativamente, a seis critérios: possuir renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos; estar matriculado em

cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, exceto no caso dos estudantes indígenas e quilombolas; não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; ter assinado termo de compromisso disponível em endereço eletrônico específico; ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do sistema de informação do programa e ainda comprovar condição de estudante indígena ou quilombola com vínculo relacional com a comunidade de origem, quando for o caso.

Na UNIVASF, o programa passou a ser executado a partir de setembro de 2013 através da PROAE, até então SEPRAE. No período de implantação, após atualização da carga horária dos cursos de graduação a partir do cadastro no e-mec⁸ foi feita pesquisa na Instituição para determinar quais os cursos que atendiam às exigências relativas à carga horária média de pelo menos cinco horas diárias, necessária para a participação no programa. Seguindo um critério que se refere à hora-aula do curso informada ao MEC para autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso⁹, apenas o curso de Medicina foi considerado dentro dos padrões, sendo ele composto por 12 semestres, carga horária total de 7.320 horas, registrada no e-mec, resultando então com carga horária diária igual a 7,3 (PROAE, 2013). Assim, além dos estudantes que comprovem ser indígenas ou quilombolas, também foram designados como beneficiários do programa os estudantes de Medicina com renda inferior a 1,5 salários mínimos per capta.

Conforme dados coletados no sistema PAE/PROAE, desde 2013 já houve 293 inscrições no Programa Bolsa Permanência do MEC, sendo que destas, 30 foram feitas por pessoas que se declaram indígenas ou quilombolas¹⁰. Foram 134 selecionados, cinco claramente identificados como indeferidos e 154 estudantes cujo campo para esta informação estava em branco, indicando assim que ou os mesmos não finalizaram a sua inscrição no

⁸Base de dados oficial sobre as Instituições de Educação Superior (IES) e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino pela qual as instituições fazem, desde 2007, o credenciamento para obter a autorização, o reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento de cursos.

⁹Neste critério adotado para determinar os cursos aptos ao Programa Bolsa Permanência do MEC, foi considerada a média diária da carga horária total do curso, de forma que se um curso tem carga horária total igual a 5.000 horas e a sua duração é de cinco anos, 10 semestres, a sua média diária é de cinco horas. Para este cálculo são considerados 100 dias letivos por semestre, conforme determina o Art. 47 da Lei nº 9.394/1996 (PROAE, 2013c).

¹⁰O questionário do PAE adota uma mesma pergunta para englobar as duas classificações. Para melhor mensuração do número de indígenas e quilombolas, o ideal seria que houvesse uma pergunta para cada um desses grupos.

processo, ou eles não foram selecionados. Por isso, o número de indeferidos pode ser ainda maior¹¹. Apesar dos números apresentados, dados coletados em outros arquivos da PROAE determinaram que foram 111 selecionados, no total, sendo nove quilombolas, 11 indígenas e 91 estudantes do curso de Medicina.

➤ **Comissão para implantação do programa de ações afirmativas na UNIVASF**

Outra importante iniciativa realizada na UNIVASF foi a instalação, em 12 de fevereiro de 2014, da Comissão para Implantação do Programa de Ações Afirmativas, a qual possui nove componentes, conforme descritos no Quadro 4.

Nome	Representação
Isabel Cristina Sampaio Angelim	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
Claudio Roberto dos Santos de Almeida	Colegiado de Ciências Sociais
Paula da Luz Galvão	Colegiado de Ciências Sociais
Luciana Duccini	Colegiado de Ciências Sociais
Eliana de Barros Monteiro	Colegiado de Ciências Sociais
Antônio Carvalho dos Santos júnior	Instituto Cultural de Arte-educação do Baixo, Médio e Sub Médio São Francisco
Maria Lucinete Lopes	Tribo Pankará
José da Silva Rosa	Afoxé Filhos de Zaze
Zenaide dos Santos Diogo Rosa	Afoxé Filhos de Zaze

Quadro 3: Composição da comissão para Implantação do Programa de Ações Afirmativas na UNIVASF.
Fonte: UNIVASF (2014b).

Esta segunda comissão inicialmente tinha escopo mais restrito, destinando-se a avaliar as candidaturas ao benefício de Bolsas Permanência oferecido pelo MEC. Em 2014, as duas comissões (esta e aquela mencionada anteriormente, no Quadro 1) foram unidas, no esforço de fortalecer as ações afirmativas na Instituição.

¹¹Como alguns campos da planilha com dados coletados do PAE estavam em branco, não foi possível determinar se algum dos 154 estudantes que compunham os 293 inscritos foram ou não selecionados. Pode-se apenas determinar que, pelo fato desta informação não constar no sistema, ou eles não finalizaram a sua inscrição, ou se a finalizaram, ela não foi deferida.

A CONTINUIDADE DAS AÇÕES NA UNIVASF

Serão destacadas a seguir demais realizações que fazem parte do estabelecimento de ações afirmativas na UNIVASF. Segue-se a descrição de ações que podem vir a ser realizadas, algumas introduzidas no passado e ainda outras que continuam sendo realizadas, sempre no intuito de potencializar a aplicação das ações afirmativas:

Ação	Situação
Criação de estrutura organizacional específica de Políticas Afirmativas.	A Universidade ainda não possui uma instância máxima específica que se encarregue das Políticas Afirmativas, mas mantém latente a proposta de implantação de uma Diretoria para tratar desta temática. Especula-se a criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, a qual seria incumbida de proporcionar um maior direcionamento das políticas públicas em educação, inclusive promovendo uma maior inclusão de pessoas oriundas de setores excluídos.
Consolidação da Comissão de Avaliação da Aplicação da Lei de Cotas.	Previa-se que a UNIVASF regulamentaria internamente a execução da Lei de Cotas em 2015. No documento seria regulamentada a Comissão de Avaliação das Cotas, a ser composta por membros das duas comissões anteriores, assim como diversos procedimentos necessários para legitimá-la como um sistema que seja, de fato, um instrumento democrático de inclusão social.
Instalação de Fórum de Ações Afirmativas com atores internos e externos à instituição e articulação com movimentos sociais, entre outros.	Nesta linha observa-se a busca pela promoção de momentos de discussão sobre as Políticas Afirmativas entre a UNIVASF e outros seguimentos da sociedade. Aqui pode ser citado o I Seminário de Avaliação das Ações Afirmativas da UNIVASF , ocorrido em 03 de novembro de 2014, no campus Juazeiro, onde representantes indígenas, quilombolas, e dos movimentos dos surdos e LGBTTs, entre outros, puderam expor seus anseios e dialogar com quem se fez presente: Pró-Reitor, Pró-Reitora de Assistência Estudantil, estudantes, representantes de movimentos sociais. Com estes instrumentos, espera-se perseguir uma articulação da Universidade com entidades formais e não formais para, através desses momentos (fóruns e encontros ocasionais), discutir o engajamento da UNIVASF frente às Ações Afirmativas.

	Também já está em funcionamento um grupo de estudos permanente que em suas discussões adota o debate sobre Políticas Afirmativas, o NEAFRRAR ¹² , implantado através do Colegiado Acadêmico de Ciências Sociais. Houve ainda a atuação do projeto intitulado “Minoria Quem?” ¹³ e do projeto “Espaços Dialógicos” ¹⁴ , idealizados por docentes do Colegiado Acadêmico de Psicologia.
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 5: outras ações de caráter afirmativo na UNIVASF. **Fonte:** Os autores (2015).

Com 10 anos de existência e presente em três estados, através dos seus seis campi, esta Universidade segue na direção de um programa de ações afirmativas que não se restringe à questão das cotas sociais e étnico-raciais e à reserva de 50% das vagas prevista na Lei nº 12.711/12. Nesse sentido, começa-se a despertar para o compromisso de pensar as ações afirmativas de maneira ampliada, de forma que englobe os movimentos sociais, a exemplo do movimento negro, o LGBT, as pessoas com deficiência e os indígenas, entre outros seguimentos que aos poucos vão reivindicando o seu lugar de direito dentro da Universidade e o reconhecimento de suas especificidades na esfera social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a implantação de ações afirmativas no âmbito da UNIVASF, tomando-as enquanto instrumento legítimo de equiparação de oportunidades e promoção da igualdade de direitos. Estas ações assumem uma importância fundamental ao exercerem a

¹² Núcleo de Estudos Étnicos Afro-Brasileiros Abdias do Nascimento e Ruth de Souza, criado em setembro de 2013 pela Câmara de extensão, visando a criação de projetos de intervenção social e a articulação de políticas públicas de combate ao racismo e ao sexismo. O NEAFRRAR é composto por três professores e estagiários dos cursos de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura).

¹³ Projeto de extensão da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas ligado à área temática de comunicação. Em 2013 esteve composto por doze pessoas entre discentes, docentes e também uma servidora técnica da UNIVASF e tinha a finalidade de promover discussões nos espaços da Universidade, e na mídia em geral, sobre as temáticas referentes às chamadas “minorias”, sobre os LGBTs, as mulheres, os índios, os negros e a questão da discriminação religiosa. O projeto buscava levantar questionamentos quanto à utilização daquele termo para se referir aos grupos que buscam a promoção de seus direitos e o reconhecimento de suas particularidades culturais, mas durou pouco tempo. Cogita-se a possibilidade de haver o seu retorno.

¹⁴ Projeto criado por docente do colegiado de Psicologia, executado juntamente com estudantes de disciplina por ele ministrada e com o apoio logístico da PROAE. Foi previsto para os campi Ciências Agrárias e São Raimundo Nonato-PI. Naquele primeiro, a programação foi cumprida e compreendeu a realização de aulas de dança, oficina de relaxamento, discussão sobre saúde mental, relacionamento interpessoal e produção de material audiovisual entre os estudantes. No segundo as etapas previstas não aconteceram.

missão de acelerar o processo de igualdade social entre segmentos em vulnerabilidade e historicamente desfavorecidos.

Apesar de a UNIVASF ter passado pouco mais de dois anos com apenas uma ação, desde 2005, a partir do terceiro ano o cenário foi mudando. A sua inserção em meio às ações de caráter afirmativo se deu de maneira tímida, tendo ela recebido inicialmente a implementação do Programa Conexões de Saberes em 2005 e a Assistência Estudantil em 2008, que possuía apenas um benefício. A partir destas ações iniciais, introduziram-se muitas outras que foram ganhando proporção no decorrer dos anos, podendo-se concluir que a efetivação de ações afirmativas na Instituição vem se dando de maneira gradual, seja pela criação de novos programas, seja pelo fortalecimento de planos já existentes.

A sensibilização para as Políticas de Ação Afirmativa na UNIVASF se assumiu com a adoção da medida de reserva de vagas em todos os cursos em 2010 para estudantes oriundos da rede pública de ensino. Esta ação veio como um importante instrumento de caráter afirmativo e que seria reforçado por muitos outros programas de desenvolvimento institucional e de apoio aos estudantes, sendo estes implementados ao longo dos anos. Nesse contexto, a adoção da Lei nº 12.711 foi um marco na história da Instituição, possibilitando uma maior efetividade da reserva de vagas para seguimentos excluídos e a democratizando do acesso aos cursos e ao ensino superior.

Ao longo desses dez anos de existência da UNIVASF, o seu cenário interno foi se tornando mais propício ao engajamento de grupos orientados em torno de um princípio participativo e voltados para a necessidade de defesa de questões sociais. Isso se verifica, por exemplo, na constante inserção política de alguns docentes no combate a muitas formas de racismo e discriminação racial e das várias formas de preconceito; na mobilização de outros grupos da comunidade acadêmica em favor da luta contra a homofobia e demais formas de preconceito; na busca pela promoção da igualdade de direitos em benefício das pessoas com deficiência, entre outros. Todos esses esforços somam-se num importante conjunto de ações que convergem para um modelo mais participativo de gestão e para a construção de um exemplo mais democrático de Universidade.

Na linha de agenciamento desses interesses da comunidade acadêmica tem-se a introdução de algumas formas participativas e de atuação coletiva, como a Câmara de Assistência Estudantil, a consolidação de um amplo Programa de Assistência Estudantil, a Comissão para Implantação do Programa de Ações Afirmativas e a Coordenação de Políticas

de Educação Inclusiva, entre outros, dos quais muitos se assumem como experiências pioneiras encabeçadas sobretudo pelo engajamento de atores internos à Universidade. Apesar da complexidade inerente à diversidade destas experiências, elas devem ser vistas como importantes mecanismos institucionais, que contribuem para que sejam asseguradas a existência e a efetividade dessas ações afirmativas enquanto políticas sociais necessárias, diante da diversidade da comunidade acadêmica e da necessidade de tornar a academia mais acessível.

Além da mobilização e do engajamento de agentes internos, deve haver a persistência dos atores e outros incentivos de apoio, como uma maior aproximação aos movimentos sociais, para que essas iniciativas ganhem cada vez mais força e não estacionem, conforme ocorreu com dois projetos que haviam sido implementados: o “Minoria Quem?” e o “Espaços Dialógicos”.

A adoção de novas posturas, diante da conjuntura nacional e em meio às pressões de setores da sociedade, como os movimentos sociais, bem como a criação de uma Agenda Permanente de Ações Afirmativas e a abertura para a instalação de fóruns para momentos de discussões vêm introduzir um clima favorável à efetivação de ações, programas e projetos desenvolvidos com vistas a desconstruir a noção de Universidade como espaço de exclusão. Ela deve agora ser compreendida como um espaço que não pode mais se manter restrito a grupos privilegiados em detrimento daqueles marcados por processos de discriminação direta e por processos históricos e sociais pelo qual passou o país.

Não obstante a todo este contexto favorável enunciado, muito ainda há por ser feito. Ainda é urgente uma maior aproximação da Universidade com a sociedade e seus diversos setores estigmatizados e em vias de uma maior inclusão nas ações de âmbito acadêmico. Tem-se ainda como principal desafio fazer com que muitas dessas determinações deixem de ser apenas um espectro do clamor de setores isolados, mas se tornem uma pauta que conquiste a identificação de toda a comunidade acadêmica, para o que se faz necessário uma verdadeira mudança cultural, isto é, demanda-se uma reformulação de valores como forma de se promover uma maior consolidação desses princípios de transformação social e o pleno gozo dos direitos de cidadania.

Por fim, cabe destacar a importância de haver pesquisas mais aprofundadas e que busquem sobretudo dimensionar a efetividade dessas ações que estão em funcionamento na Universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em: 18 fev. 2015.

BRASIL. *Portaria normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012*. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de outubro de 2012.

CNPQ. (s.d.). *Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC-Af)*. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pibic-nas-acoes-afirmativas>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

LUZ, Karla Daniele Maciel. *Relatório de Atividades em 2014*. CPEI. Petrolina-PE, 2014, p. 1-5.

LUZ, Karla Daniele Maciel. *Univasf e diversidade: política de inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superior – Relatório geral do Programa Incluir 2008 – MEC/SESU*. CPEI. Petrolina-PE, 2009, p. 1-5.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (s.d., a). *Conexões de Saberes*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12360&Itemid=714>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (s.d., b). *Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (s.d., c). *O que é o programam de bolsa permanência*. Disponível em: <http://permanencia.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 fev. 2015.

PROAE. *III mês das consciências negras na UNIVASF: negritude, ações afirmativas e o São Francisco*. Petrolina-PE, 19 de dezembro de 2012. (Material fornecido pela PROAE).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (s.d., a). *Programa de Assistência Estudantil*. Disponível em: <<http://www.seprae.univasf.edu.br/index.php/pae>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2013). *Retificação na relação de cursos de graduação da UNIVASF aptos ao Programa Bolsa Permanência do MEC*. Disponível em: <http://www.seprae.univasf.edu.br/index.php/agosto/101-27-08-2013-retificacao-na-relacao-de-cursos-de-graduacao-da-univasf-aptos-ao-programa-bolsa-permanencia-do-mec>. Acesso em: 18 fev. 2015

PROEN. (s.d., a). *Programa de Educação Tutorial (PET)*. Disponível em: <<http://www.proen.univasf.edu.br/index.php/departamento-de-programas-especiais-de-graduacao-dpeg/pet/>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

PROEN. (s.d., b). *Educação inclusiva*. Disponível em:<<http://www.proen.univasf.edu.br/index.php/educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

PRPPGI. (2011). *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af): Inscrições para o processo seletivo - Edital 03/2011 PIBIC-Af/CNPq*. Disponível em:http://www.prppg.univasf.edu.br/arquivo/edital/Edital_03-2011-PIBIC-CNPq-AF-UNIVASF.pdf. Acesso em: 18 fev. 2015.

ROZAS, Luiza Barros. *Cotas para negros nas universidades públicas e a sua inserção na realidade jurídica brasileira – por uma nova compreensão epistemológica do princípio constitucional da igualdade*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito da USP. São Paulo: 2009, p. 1-106.

SANTOS, Danilo Moreira dos; DUCCINI, Luciana; ANGELIM, Isabel Sampaio. *Relatório do I seminário de avaliação das ações afirmativas da UNIVASF*. Juazeiro-BA: 2014. (texto não publicado).

SILVA, Roberto César F. da. *Análise das potencialidades e limites do PAE - UNIVASF*. PROAE, Petrolina-PE: 2014b. (material disponibilizado pela PROAE).

SILVA, Roberto César F. da. *As ações do Programa de Assistência Estudantil na UNIVASF*. PROAE, Petrolina: 2014a, pp. 1-5. (material disponibilizado pela PROAE).

SILVA, Marina Jacob Lopes da. *Igualdade e ações afirmativas sociais e raciais no ensino superior: o que se discute no STF?* Monografia (Graduação em Direito) – Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). São Paulo: 2009, p. 1-97.

UNIVASF. (s.d.). *Programa de Educação Tutorial (PET): Saneamento Ambiental*. Disponível em: <http://www.univasf.edu.br/~petsaneamento/index.php>. Acesso em: 17 fev. 2015.

UNIVASF. *Resolução nº 22/2014, de dezembro de 2014*. Dispõe sobre a regulamentação do Programa de Assistência Estudantil para estudantes de graduação. Petrolina-PE, 2014a.

UNIVASF. *Portaria n. 056, de 12 de fevereiro de 2014*. Dispõe sobre a composição da comissão para implantação do programa de ações afirmativas na UNIVASF. Petrolina-PE, 2014b.